

# **Destinatários**:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

# 175 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 28/08 a 01/09/2023

FORUM ESTRATEGICO DE BLED DE 2023	1
PRIORIDADES DE PORTUGAL PARA O PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO	
UROPEIA PARA 2024	2
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA - ALTERAÇÕES	3
PREPARAÇÃO DO DISCURSO SOBRE O ESTADO DA UNIÃO - 2023	4
COMPOSIÇÃO DO PE APÓS AS ELEIÇÕES DE 2024	4
ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	5
BUDG	5
DIÁLOGO COM OS RELATORES DO PE E PARLAMENTOS NACIONAIS	5
REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	5
Reunião informal dos ministros da Competitividade (Mercado Interno e Indústria)	5
Conselho (Agricultura e Pescas)	6
Reunião informal dos ministros da Competitividade (Investigação)	6
Reunião informal dos ministros da Saúde	6
Reunião informal dos ministros da Defesa	6
Reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros – reunião Gymnich	6
AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7
. ACADEMIA   ESTUDOS TEMÁTICOS	7

#### 1. FÓRUM ESTRATÉGICO DE BLED DE 2023

Realizou-se esta semana o Fórum Estratégico de Bled (mais informação aqui), evento que se realiza anualmente desde 2006 nesta cidade eslovena destinado a, segundo os organizadores, "oferecer uma plataforma para expressar e contrastar opiniões sobre a sociedade moderna e o seu futuro", reunindo "participantes de vários domínios com conhecimentos diversificados e incentivá-los a trocar pontos de vista e a procurar soluções inovadoras para os desafios políticos, de segurança, estratégicos e de desenvolvimento contemporâneos e futuros.".

O programa completo deste ano está disponível <u>aqui</u> e ficou marcado pela intervenção do Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, que pode ser consultada <u>aqui</u> e as referências explícitas que fez sobre o tema do alargamento da União Europeia (UE).

Começou por considerar que "Para ser mais forte e mais segura, a UE tem de reforçar os seus laços e tornar-se mais poderosa. É por isso que chegou o momento de enfrentar o desafio do alargamento. (...) Chegou o momento de eliminar as ambiguidades.". Neste contexto, anunciou uma proposta sobre o calendário e o "trabalho de casa", definindo um objetivo claro: "Creio que temos de estar preparados – ambas as partes – para um alargamento até 2030. Isso significa que o próximo orçamento de longo prazo da UE terá de incluir os nossos objetivos comuns.". Reiterou que "O alargamento é e continuará a ser um processo baseado no mérito", enfatizando temas como os valores e o Estado de direito, a independência do poder judicial, a luta contra a corrupção e a criminalidade organizada. Além disso, referiu que "A resolução de conflitos bilaterais do passado pode ser mais dolorosa do que as reformas. Mas é necessária. (...) Não há cooperação sem reconciliação. E tenho de o dizer claramente: na UE não há margem para os conflitos do passado.".

A este respeito, notou que "Temos de ter a certeza que os conflitos passados não são importados para a UE nem utilizados para bloquear a adesão dos países vizinhos e de outros futuros Estados-Membros" e que "Uma solução poderá passar por incluir uma "cláusula de confiança" nos tratados de adesão, a fim de garantir que os países que acabaram de aderir não possam bloquear a adesão de futuros Estados-Membros.".

Por outro lado, referiu que o pacote de alargamento da Comissão – previsto para outubro – constitui uma oportunidade para definir os pormenores concretos de uma integração progressiva dos países candidatos (e.g. um país poderia participar na formação correspondente do Conselho assim que concluísse as negociações sobre o capítulo do domínio em causa).

Finalmente, notou que "A UE deverá também preparar-se para o alargamento", manifestando concordância com o Presidente francês, Emmanuel Macron, que considera que "não proceder a uma reforma do nosso lado antes do próximo alargamento seria um erro gravíssimo.". Por conseguinte, afirmou que "Temos de analisar seriamente a capacidade da UE para assimilar novos membros.".

Numa outra nota, importa destacar o <u>artigo conjunto</u> publicado esta semana no *Euractiv*, por Anna Lührmann, Laurence Boone e Tiago Antunes, respetivamente Ministras de Estado para os assuntos europeus da Alemanha e da França e Secretário de Estado dos Assuntos Europeus do Governo de Portugal, e que se encontraram por ocasião do SummerCEmp da Comissão Europeia, em Ponte da Barca (programa <u>aqui</u>).

Intitulado "A European Union fit for the future", esta artigo foca alguns dos principais desafios para a UE no período até às eleições para o Parlamento Europeu, em junho de 2024, nomeadamente os recursos próprios, o quadro financeiro plurianual, a necessidade de uma espécie de Plano Marshall da UE para a Ucrânia, o alargamento e a reforma institucional da UE, com especial ênfase na chamadas <u>cláusulas passerelle</u> e a votação por maioria qualificada em matérias como a política externa e de segurança comum.

Finalmente, damos nota de que deverá ser conhecido na próxima semana **o projeto de relatório** da Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) com as propostas do PE para a **revisão dos Tratados** (dossiê disponível aqui.).

1

# 2. PRIORIDADES DE PORTUGAL PARA O PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA 2024

O Governo português transmitiu esta semana à Comissão Europeia as suas prioridades e principais preocupações sobre o Programa de Trabalhos da Comissão para 2024. O documento está disponível <u>aqui</u> e identifica algumas áreas prementes que, para Portugal, carecem de um esforço europeu coordenado.

São apresentadas 15 propostas concretas:

- **1. Mecanismo permanente de resposta a crises:** a UE deve dotar-se de um mecanismo permanente de estabilização, de natureza contracíclica, pronto para ser ativado sempre que surja uma nova crise. O instrumento SURE, que permitiu a manutenção de milhares de postos de trabalho durante a crise pandémica, pode ser um bom ponto de partida para este debate.
- **2. Novos recursos próprios da União Europeia:** a UE tem sido confrontada com vários desafios novos, para os quais tem sido necessário financiamento. Além disso, a necessidade de amortizar os empréstimos contraídos ao abrigo do *Next Generation EU* trarão um grande desafio ao Quadro Financeiro Plurianual. Assim, além das propostas de recursos próprios que a Comissão apresentou recentemente, Portugal considera essencial apresentar novos e verdadeiros recursos próprios (e.g. fiscalidade das empresas).
- **3. Completar a União Bancária, fortalecer a resiliência financeira da União**: com a conclusão do terceiro pilar da União Bancária, mediante a implementação do Sistema Europeu de Garantia de Depósitos.
- **4. Avançar na conclusão de acordos comerciais:** concluir os acordos comerciais e de investimento em negociação (e.g. com o Mercosul e com a Índia), bem como a abertura de novas negociações.
- 5. *Rewater EU*: Portugal propõe a adoção de um quadro estratégico dirigido a promover a resiliência das superfícies aquáticas e a disponibilidade de água.
- **6. Iniciativa europeia de habitação acessível:** a UE deve dotar-se de instrumentos capazes de assegurar o acesso de todos a uma habitação condigna a custos acessíveis (apoios ao arrendamento acessível, fomentar o alargamento do parque público e privado de habitação).
- 7. **Estancar o "braindrain"**: a UE deve procurar conter a perda e transferência de capital humano altamente qualificado, de modo a evitar a "fuga de talentos".
- **8**. **Programa europeu de reconversão de trabalhadores para a dupla transição:** deve ser dada prioridade ao *reskilling* e *upskilling* de trabalhadores, sobretudo no âmbito da dupla transição ambiental e digital.
- 9. Rever o conceito de PME: propõe-se revisitar e atualizar o conceito de "pequena e média empresa" (PME) utilizado na legislação europeia desajustado às características do tecido empresarial português –, flexibilizando-o e adaptando-o.
- **10. Pacote de governança do fogo**: criar ao nível da União um quadro de referência para a governança dos incêndios rurais, em linha com o *Landscape Fire Governance Framework*. Tratar-se-ia de uma lógica integrada de atuação, com base em conhecimento, princípios comuns e uma doutrina consolidada de gestão integrada do fogo.
- **11. Ato digital rural:** em linha com a Comunicação Bússola Digital 2023, garantir a conectividade digital em zonas de baixa densidade e fomentar a inovação e a utilização de novas tecnologias, desde a robótica à inteligência artificial, contribuindo para a modernização e o reforço da competitividade do setor agrícola, bem como para a redução das assimetrias em relação aos centros urbanos tradicionalmente mais equipados.
- 12. Apostar na agenda dos Oceanos: no seguimento do "Tratado do Alto Mar" na ONU, este tema deve ser uma das prioridades da Comissão Europeia. Trata-se de desenvolver os mecanismos de governança azul, que são transversais a múltiplas áreas de atuação europeia (transportes, pescas, ambiente, energia, digital, I&D,

segurança e defesa, etc.), tanto numa lógica de salvaguarda e proteção dos ecossistemas marinhos, como de exploração sustentável dos oceanos, tirando partido do seu enorme potencial.

Portugal considera que é essencial apostar na economia azul sustentável. Neste quadro, deve ser especialmente promovida e apoiada a área das biotecnologias marinhas, nomeadamente através do lançamento de um IPCEI <sup>1</sup> específico, visando fortalecer, a nível europeu, áreas de inovação em que o mercado necessite de um impulso.

- 13. Desenvolver a tecnologia espacial em áreas chave para a UE: reforçar a autonomia estratégica da União Europeia também no domínio do espaço, aumentando a competitividade europeia no desenvolvimento de lançadores e portos espaciais. Portugal pode dar um contributo relevante, através do Laboratório de Observação da Terra nos Açores (o ESAlab@Azores), na ilha Terceira, bem como do Ecossistema Espacial de Santa Maria, orientado para operações integradas de lançamento, aterragem no mar e recuperação e reutilização de lançadores.
- **14. Supercomputação avançada:** deve ser adotada uma Estratégia Europeia para a Computação Avançada, que proceda ao enquadramento e à promoção, até 2030, de uma ciber-infraestrutura europeia assente em supercomputadores de grande capacidade.
- **15. Iniciativa de regulação, conservação, tratamento e acesso a metadados**: continua a ser necessário, porém, um ato normativo específico que regule em que termos os referidos metadados podem ser conservados e utilizados, designadamente para efeitos de investigação criminal ou de ameaças à segurança nacional.
- O Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2024 deverá ser apresentado em **outubro de 2023**, sendo o último a ser apresentado pela atual Comissão antes das eleições para o PE (junho de 2024).

# 3. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA - ALTERAÇÕES

A Comissão Europeia sofreu duas alterações recentemente: a primeira na sequência da demissão de **Mariya Gabriel (PPE),** Comissária para a Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude para se tornar Ministra dos Negócios Estrangeiros da Bulgária; a segunda, após a demissão do Vice-Presidente Executivo **Frans Timmermans (S&D)**, responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, para liderar a lista conjunta entre o Partido Trabalhista e os Verdes nas eleições legislativas nos Países Baixos, que se realizarão a 22 de novembro.

Por conseguinte, houve uma reorganização interna do Colégio de Comissários. **Iliana Ivanov**a (PPE) é a Comissária designada para substituir Mariya Gabriel, preservando a mesma pasta.

A sua audição de confirmação no Parlamento Europeu está agendada para o dia 5 de setembro, nas Comissões de Indústria, Inovação e Energia (ITRE) e de Cultura (detalhe aqui).

Maroš Šefčovič (S&D) assumiu as funções de Vice-Presidente Executivo da Comissão, responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, Relações Interinstitucionais e Prospetiva (detalhe aqui).

O Comissário designado para a Ação Climática é Wopke Hoekstra (PPE), até agora Vice-Primeiro Ministro dos



<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Important Projects of Common European Interest (IPCEI), disponíveis em https://competition-policy.ec.europa.eu/state-aid/legislation/modernisation/jpcei en

Países Baixos e indicado para substituir Frans Timmermans como membro da Comissão.

A audição em sede de Comissão Parlamentar (ENVI - Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar) ainda não tem data marcada.

Neste último caso, é expectável uma audição com bastante oposição do grupo S&D, pois <u>pretendia</u> que o pelouro da ação climática se mantivesse sob responsabilidade de um Comissário oriundo desta família política.

## 4. PREPARAÇÃO DO DISCURSO SOBRE O ESTADO DA UNIÃO - 2023

No próximo dia 13 de setembro, a Presidente da Comissão Europeia apresentará, na sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, o Estado da União 2023 e as principais prioridades e iniciativas a realizar. Este será o último Estado da União antes das próximas eleições europeias em 2024.

A Comissão Europeia tem já uma <u>página na internet dedicada ao tema</u>, com uma contagem regressiva até à data do evento e informações sobre esta apresentação, e na qual destaca as <u>principais respostas</u> da União Europeia aos desafios sem precedentes que tem enfrentado:

- apoio à Ucrânia e responsabilização da Rússia;
- impulso ao investimento;
- vencedor da guerra energética causada pela Rússia à Europa;
- transformação da economia europeia, acelerando a transição ecológica e digital;
- proteção dos valores da UE de igualdade, inclusão e justiça social.



## 5. COMPOSIÇÃO DO PE APÓS AS ELEIÇÕES DE 2024

Demos nota na <u>síntese n.º 169</u> da aprovação, por parte do Parlamento Europeu, da proposta relativa à sua composição e um novo número de lugares no hemiciclo. No início do mês de agosto, os Estados-Membros completaram o <u>procedimento escrito</u> para aprovação da proposta de decisão do Conselho relativamente a esta composição após as eleições de 2024.

Neste procedimento, Portugal deixou <u>indicação</u> da sua preferência pela proposta inicial do Parlamento Europeu que <u>propunha 11 lugares adicionais</u>, e não 15 conforme proposta do Conselho, argumentando que o aumento dos lugares atribuídos a alguns Estados-Membros para a legislatura 2024-2029 deve ser estritamente necessário para corrigir desvios ao princípio da proporcionalidade degressiva, que deveriam ser deixados vagos lugares com vista a futuros alargamentos da UE e que a decisão só foi aceite através de um espírito de compromisso e dada a urgência imposta pelos prazos legais internos de vários Estados-Membros .

Prevê-se que a votação no Parlamento Europeu ocorra na próxima sessão plenária em setembro. Uma vez aprovada a nova composição, o PE passará a contar com 720 lugares, dois lugares extra para Espanha, França e Países Baixos e um lugar extra para Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Letónia, Polónia, Eslovénia e Eslováquia.

#### 6. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

#### **BUDG**

A <u>Comissão dos Orçamentos</u> debateu esta semana a revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual (QFP), com base na proposta apresentada pela Comissão Europeia em junho, tendo os relatores Jan Olbrycht (EPP) e Margarida Marques (S&D) considerado a proposta como um primeiro passo na direção certa. Consideraram os relatores que a proposta deveria <u>assegurar que o QFP consegue responder melhor aos desafios</u> associados à guerra na Ucrânia, salvaguardar a autonomia estratégica e soberania da União e dotar a União da flexibilidade adequada para responder a crises. Propuseram ainda o aumento do QFP, colocar o EURI (*European Union Recovery Instrument*) acima do QFP e aumentar o Instrumento de Flexibilidade e a Reserva para Ajudas de Emergência e Solidariedade.

Esta Comissão reuniu ainda com a Comissão homóloga do Parlamento ucraniano para debater assuntos de interesse comum e a sua cooperação, focando-se em matérias orçamentais, nos mandatos e atividades das comissões, apoio financeiro da UE à Ucrânia, necessidades futuras de financiamento do país e a recente proposta da Comissão Europeia relativa ao estabelecimento de um mecanismo para apoiar a recuperação e reconstrução da Ucrânia.

#### 7. DIÁLOGO COM OS RELATORES DO PE E PARLAMENTOS NACIONAIS $^2$

Também esta semana, o Parlamento Europeu (PE) promoveu o primeiro diálogo interparlamentar entre relatores do PE e dos Parlamentos nacionais, com o objetivo de facilitar o diálogo entre os responsáveis sobre um determinado dossiê legislativo. A *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à proibição de produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado no mercado da União*<sup>3</sup>, foi a iniciativa selecionada para iniciar este diálogo, que contou com a participação das co-relatoras do PE, <u>Maria-Manuel LEITÃO-MARQUES</u>, da Comissão <u>INTA</u>, e <u>Samira RAFAELA</u> da Comissão <u>IMCO</u>. A Assembleia da República esteve representada por uma delegação conjunta da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação composta pelas Senhoras Deputadas Cristina Mendes da Silva (PS) e Márcia Passos (PSD).

Após a apresentação do trabalho das relatoras do PE relativamente a esta proposta, seguiu-se um período de debate no qual foram abordados temas como a erradicação do trabalho forçado através da proibição da colocação e disponibilização no mercado da UE de produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado, o dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade, os riscos relacionados com o trabalho forçado nas cadeias de valor das empresas, condições de concorrência equitativas, os procedimentos de investigação dos produtos e dos operadores económicos pelas autoridades competentes, a melhoria das condições de vida e de trabalho e o combate à pobreza e a proteção de grupos vulneráveis, como mulheres, crianças e migrantes.

## 8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Recordando as reuniões que tiveram lugar no final de julho e durante o mês de agosto, damos nota do seguinte:

Reunião informal dos ministros da Competitividade (Mercado Interno e Indústria)

Esta <u>reunião informal</u>, que teve lugar nos dias 24 e 25 de julho, focou-se no debate da Nova Agenda do Consumidor 2020-2025 e na análise e estabelecimento de linhas orientadoras para aumentar o poder dos

.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Ponto elaborado por Elodie Rocha, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> COM(2022)0453

consumidores na transição ecológica. Foi ainda discutida a autonomia estratégica aberta, uma oportunidade para o desenvolvimento industrial e novo ímpeto para o mercado interno.

## Conselho (Agricultura e Pescas)

No dia 26 de julho, os ministros da agricultura e pescas reuniram para debater a situação dos mercados agrícolas, em particular na sequência da invasão russa da Ucrânia, com enfoque na contínua procura de soluções para facilitar as exportações da Ucrânia, estimativas de colheitas para 2023, situação geopolítica e novos desafios a curto e médio prazo, as consequências das condições meteorológicas adversas e a inflação dos preços dos produtos alimentares. Foi ainda debatido o termo da Iniciativa dos Cereais do Mar Negro, um novo reforço dos corredores solidários e as capacidades de armazenamento de produtos, assim como o regulamento relativo à utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos e novas técnicas genómicas.

#### Reunião informal dos ministros da Competitividade (Investigação)

Nesta reunião, foram debatidos os <u>planos para o novo Horizonte Europa 2025-2027</u>, considerando os ministros que o objetivo de reindustrialização da UE e autonomia estratégica aberta dependem de investigação e de uma transição ecológica e sustentável. No que se refere à área do Pacto Ecológico Europeu, Espanha apresentou o seu projeto para um novo modelo de energia limpa produzida pelo sol e estrelas, tendo ainda sido discutida a importância de promover a colaboração científica com parceiros estratégicos.

#### Reunião informal dos ministros da Saúde

Os ministros comprometeram-se, nesta <u>reunião</u>, a impulsionar a União Europeia da Saúde, por forma a enfrentar futuras crises de forma mais integrada. Debateram também a digitalização dos cuidados de saúde e o desafio que representa relativamente à gestão de dados de saúde em larga escala, bem como a importância de reforçar os cuidados com a saúde mental na Europa e aumentar a produção de medicamentos na UE.

#### Reunião informal dos ministros da Defesa

Já no final do mês de agosto, os ministros da defesa reuniram-se para <u>reafirmar o seu apoio à Ucrânia</u> na sua defesa contra a agressão militar da Rússia e discutir os próximos passos para continuar a ajudar o país e alcançar um apoio militar sólido e sustentável a longo prazo. O alto representante da UE referiu esperar que o acordo para um fundo de assistência de 5 mil milhões de euros por ano para o período 2024-2027, integrado no Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, pudesse ser alcançado antes do final do ano. Propôs ainda o aumento da formação do pessoal militar ucraniano. Debateram ainda a situação no Sael.

#### Reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros - reunião Gymnich

A <u>reunião Gymnich</u> teve lugar esta semana em Toledo, presidida pelo alto representante Josep Borrell, tendo os ministros dos negócios estrangeiros focado a dimensão diplomática do conflito na Ucrânia e o plano de paz para o país, tendo este sido debatido. Foram também debatidas as perspetivas da adesão da Ucrânia à UE, aguardando-se o relatório de progresso da Comissão Europeia relativo ao pacote de reformas que constituem os pré-requisitos para iniciar a fase de negociações de adesão. O ministro dos negócios estrangeiros em funções espanhol referiu que «tudo o que queremos é que a Ucrânia seja um país livre e independente o mais rápido possível». Foi ainda anunciada a proposta de realização de uma reunião ministerial com os ministros dos países dos Balcãs Ocidentais nos próximos meses para análise do seu processo de adesão.

Esteve também no centro da agenda, tal como na reunião de ministros de defesa, a situação política e de segurança no Sael, depois do golpe no Níger, pronunciando-se os ministros a favor de uma abordagem diplomática para encontrar uma solução para a situação do país, destacando a importância de «soluções africanas para problemas africanos».

## 9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

#### Parlamento Europeu

Na próxima semana os trabalhos do Parlamento Europeu serão dedicados às atividades das comissões parlamentares e dos grupos políticos, com destaque para a audição de Iliana Ivanova, comissária indigitada para a Inovação, a Investigação, a Cultura, a Educação e a Juventude, o debate com o Secretário-Geral da NATO sobre as relações UE-NATO e de temas como o Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social, manipulação do mercado de energia e o fornecimento de matérias primas críticas.

## Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> terá lugar no dia <u>6 de setembro</u>, com destaque para a iniciativa relativa à *Digitalização da Segurança Social* e *Cartão Europeu de Deficiente*.

## Conselho da União Europeia

O calendário completo está disponível, destacando-se:

- 04.09: <u>Reunião informal dos ministros da Agricultura</u>; <u>Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento</u>
- 09.09: <u>Cimeira do G20</u>

## 10. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, reunidos por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de julho e agosto <u>aqui</u> e do arquivo *online* <u>aqui</u>.

Damos, ainda, nota de que se realizará, nos dias 6 e 7 de setembro, o prestigiado evento <u>Bruegel Annual</u> <u>Meeting</u>, cujo programa integral está disponível <u>aqui</u> e pode ser acompanhado em linha <u>aqui</u>.

Bruxelas | 1 de setembro de 2023

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.